

SESSÕES DO PLENÁRIO

47ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de junho de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (4º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Luiz Augusto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 05, 06 e 07/02/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Expediente despachado pela Presidência... Não está aqui, não.

Leitura das atas.

Submeto ao Plenário as seguintes atas da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para a devida aprovação, se for o caso: atas da 43ª, 44ª e 45ª sessões ordinárias; atas da 31ª, 32ª e 33ª sessões especiais.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovadas as referidas atas.

Requerimento:

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O Projeto de Lei n.º 22.766/2018, de autoria do Poder Executivo, Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA.

O Projeto de Lei n.º 22.768/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso da área de terra que indica.”

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pequeno Expediente.
(Oradores inscritos)

Agora, no Pequeno Expediente, o primeiro orador, deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} e Sr.^s aqui presentes, temos visto aqui constantemente fazerem acento nas Galerias deste Plenário os funcionários do Ministério Público que têm lutado pela aprovação do Projeto de Lei nº 21.346/2015. Vai fazer 4 anos, praticamente, que esse projeto de lei não tem andado na Casa.

Eu, da última vez em que tive a oportunidade de me pronunciar com as presenças dos senhores, sugeri que os senhores deveriam tomar uma medida mais arrojada em relação a uma manifestação. Esta Casa está sendo, na verdade, impotente para fazer com que esse projeto de lei caminhe, porque a base do governo aqui tem uma vantagem avassaladora. Aqui, qualquer coisa só anda se os deputados que compõem a base do governo tiverem a vontade política de fazê-lo.

Portanto, eu creio que essa classe, essa categoria deveria promover manifestações mais arrojadas, inclusive na sede do governo estadual, na Governadoria.

Mas, presidente, lendo o noticiário hoje, pela manhã, vi num dos *sites* daqui, de Salvador, dos mais lidos, uma notícia que me causou espécie, até porque partiu de um deputado membro desta Casa e que compõe a base do governo, um colega nosso que, preocupado, meu caro deputado Targino Machado, com a leitura do relatório das

contas do governo do Estado relativas a 2017, adiantou-se – parecendo a mim que já querendo apresentar as desculpas prévias pelo relatório, pelo parecer do relator das contas do governo do Estado no Tribunal de Contas do Estado –, sugerindo até que o conselheiro Pedro Lino, um dos mais antigos daquela casa, experiente, profissional, técnico...

E o colega deputado, na defesa prévia do governo, sugeria até que o conselheiro Pedro Lino se considerasse impedido para construir esse relatório que, provavelmente, será lido hoje.

Eu quero até tranquilizar o colega deputado, porque seja lá qual for o parecer do TCE, o parecer do relator, seja lá qual for a decisão dos conselheiros que compõem o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, quando chegar aqui, a esta Casa, que é o julgamento que vale, certamente sem a maioria dos deputados da base do governo nem ter o trabalho de fazer uma avaliação das contas do governador, vai passar com toda a tranquilidade do mundo.

Mas eu queria, também, aproveitar, presidente,... ontem eu fiz aqui algumas observações com relação à questão da segurança pública no estado da Bahia, e trouxe alguns episódios que têm ocorrido na pacata cidade de Cairu, minha terra natal. Mas hoje trouxe aqui um gráfico, deputado Targino, já que V. Ex.^a, deputado Carlos Geilson também, tem batido muito nessa questão da segurança pública.

No período de 2006 a 2016, que compõe todo o período de governo, de mandato dos governos do Partido dos Trabalhadores na Bahia, o índice de violência cresceu, em média, 123,83%. Portanto, contra fatos não há argumentos, contra dados não se tem desculpas, como quis aqui, ontem, o deputado Rosemberg Pinto, argumentando que o problema da segurança pública é nacional. Mas a nós, deputados estaduais da Bahia,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) cabe manifestar a nossa preocupação com nosso estado.

Aqui, na Bahia, o grande responsável pela segurança pública dos baianos e das baianas é o governador do estado, é a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. Portanto, a nós cabe cobrar do governador do estado que promova ações que nem sempre são ações de reação com a arma,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com a violência, mas, sim, e sobretudo, com a melhoria da educação.

E, pasme, presidente, nesses 3 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, do governador Rui Costa, sequer uma sala de aula foi construída nos territórios da Bahia.

Portanto, aí está um dos motivos do crescimento da falta de segurança pública na Bahia.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido agora o deputado Adolfo Menezes para fazer o uso da palavra, também no Pequeno Expediente, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros do Ministério Público aqui presentes, deputado Hildécio, V. Ex.^a falou em segurança, e eu fico pensando o que vai ser de um país onde os brasileiros assistiram, ontem, uma mãe pegar um recém-nascido, acho que de 4 meses, jogar numa caixa d'água e ver essa criança se debater. O Brasil assistir, como todos os dias a gente assiste, outro crime bárbaro: um rapaz chegando em casa com a sua família, salvo engano em São Paulo, e chegar dois marginais numa motocicleta e dar três tiros friamente. Eu acho que até na frente do pai e da esposa que estavam do lado de dentro. Esse é o país! Esse é o Brasil!

Ontem eu disse aqui, rapidamente, que tenho pena do próximo presidente que irá assumir a partir de janeiro, mas não vou ter pena. Não me expressei, deputado Targino, corretamente. Não é só pena do próximo presidente. Eu acho que pena, principalmente, do povo brasileiro.

Ou o próximo Congresso começa a fazer a partir de janeiro, o próximo Congresso que será reeleito... Porque eu não tenho dúvida que, mesmo com esse descredito na classe política, no mínimo 60% desse Congresso, que não fez as reformas necessárias, que está causando essa desordem no Brasil, porque eu não vejo aí a luz no fim do túnel, será reeleito, infelizmente. Em janeiro nós poderemos ver.

Nós vimos aí uma categoria parando o país, o seu poder de parar o país. E infelizmente quem vai pagar conta... Ninguém está discutindo aqui o preço dos combustíveis que são absurdos. Mas o Brasil não é autossuficiente na produção de petróleo, portanto tem de importar uma grande parte. Não é o Brasil que dita os preços, do petróleo, quem dita é o mercado internacional que depende aí de variáveis outras. Uma decisão do presidente dos Estados Unidos impacta nesses preços. E esses 46 centavos, salvo engano, que o presidente Temer e a sua equipe decidiu, por pressão, diminuir, o povo pobre, principalmente, vai pagar a conta, porque o Brasil não é superavitário, o Brasil, pelo contrário, é deficitário. Arrecada trilhões, mas o dinheiro some todo. Some no Congresso, some nas assembleias, some nos Tribunais de Justiça, some nos órgãos públicos, Câmara de Vereadores, de uma forma geral. Quando eu digo sumir não é só, deputado Targino, com roubalheira, não. Some porque é mal gasto. Com funcionários demais, com salários altos demais, com sedes suntuosas, como a gente vê no Tribunal Superior em Brasília, como nós vemos na Procuradoria da República em Brasília, palacetes, com obras superfaturadas, com obras iniciadas e intermináveis, com equipamentos obsoletos, com aviões que não se usam mais fora...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aí o dinheiro que o Brasil arrecada vai todo embora. Então não tem condição de tirar, justamente, o dinheiro para cobrir essa diferença do combustível. E o que já foi anunciado, que não é novidade nenhuma, pelo Ministério da Fazenda, é

que vai faltar mais dinheiro na saúde, deputado Hildécio, vai faltar dinheiro mais na segurança. Então, infelizmente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Um pouco da sua tolerância, Sr. Presidente.

Salve-se quem puder, porque o próximo presidente que nós não temos ideia, com o jogo embaralhado do jeito que está e a revolta da população, vai ter que ter coragem ou será posto para a rua. A população não aguenta mais. Então, as reformas terão de ser feitas. E os políticos, o Congresso, sabem de cor e salteado quais as reformas que este país necessita: reforma tributária, reforma política, todo tipo de reforma. Veja que se iniciou a reforma trabalhista e nem os próprios Tribunais do Trabalho querem aceitar. O Brasil...

Vou encerrar, Sr. Presidente. O Brasil tem 3 milhões de ações trabalhistas enquanto o Japão e a Alemanha têm mil ações trabalhistas por ano. Então esse é o retrato da desordem deste país, onde todo mundo fica jogando para frente. Sabe o que precisa ser feito, mas não faz. Vai mexer em meu interesse, vai mexer nas corporações que eu represento... E aí ninguém quer perder voto porque decisões duras, com certeza, no início vão doer muito. A população vai sentir mais ainda, mas vão ter que ser tomadas.

É igual a um paciente. O Brasil se encontra na situação de um paciente em fase terminal. Vai precisar de uma alta dose de antibióticos e medicamentos de última geração para poder sobreviver, ou então não se dá as altas doses de remédio, deputado Hildécio, e o paciente morre.

Esse é o retrato triste do nosso país. O resto é conversa fiada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Convido agora o deputado Carlos Geilson para fazer uso da palavra no Pequeno Expediente.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, colegas da imprensa, senhores e senhoras que nos visitam, vocês que nos assistem e acompanham pelo canal *TV Assembleia*, eu quero aqui exteriorizar a minha preocupação com este governo. Um governo que visa apenas arrecadar. E essa sede de arrecadação é justamente para gastar em publicidade, para engabelar, para ludibriar os mais incautos. Essa sede voraz, essa vontade terrível de arrecadar. Se esse dinheiro fosse aplicado em mais saúde; se esse dinheiro fosse aplicado em melhorias nas nossas estradas; se essa sede voraz de arrecadar fosse para investir na segurança pública, nós teríamos até um motivo para entender, nos esforçar para entender o porquê de o governo querer arrecadar tanto.

Vejam, senhores e senhoras, que *blitze* são realizadas com o intuito apenas, única e exclusivamente, de arrecadar. Entendo que a *blitz* deva acontecer para ver se dentro do carro tem armas, para ver se o carro é roubado, tem uma restrição de furto,

para ver se o motorista está fugindo de algum delito, de algum crime. Não! A vontade é apenas de amealhar e de arrecadar. Doa a quem doer!

E esse dinheiro, ele é mal aplicado, ele tem um destino que não chega na ponta, que é a população. O governo arrecada muito, cobra muito, pisa muito na sociedade, e não se tem um destino correto onde ele é aplicado. Bom, deduzo, pela farra que é feita em publicidade, em campanha fora de hora, onde o dinheiro está sendo devidamente aplicado.

Outro assunto que eu quero abordar aqui com os senhores e as senhoras é essa questão da violência no Brasil. (Lê) “Qual o destino de um país que mata a sua juventude? Qual a perspectiva de futuro para uma nação cujos jovens são assassinados em número cada vez maior, a cada ano?”

O Mapa da Violência 2018, divulgado nesta terça-feira, revela que de 2006 a 2016, o Brasil sepultou 324.967 jovens assassinados – o equivalente a mais da metade da população de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia.

É como se em 10 anos os moradores de Jequié e Barreiras somados fossem mortos.

O levantamento foi feito pelo IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que é uma fundação ligada ao Ministério do Planejamento, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ONG que reúne especialistas do setor.

Segundo o estudo, que toma como base os dados do Ministério da Saúde, o número de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos cresceu 23% de 2006 a 2016, quando atingiu o pico, com 33.590 vítimas nessa faixa etária.

O que está ocorrendo com a juventude brasileira é um verdadeiro massacre. No total, o Brasil registrou 62.517 homicídios em 2016, mais de 70% deles cometidos com armas de fogo.

Isso significa que o país alcançou, em 2016, a taxa recorde de 30,3 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Na Europa, pasmem senhores, pasmem senhoras, essa taxa é de apenas um homicídio por 100 mil habitantes. No Brasil, é superior a 30.

Nesse quadro de crescimento do número de mortes violentas, a Bahia está disparada, ninguém segura a Bahia. A taxa baiana é de 46,9 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes, ou seja, 50% a mais que a média nacional.

Sr. Presidente, a cada estudo como esse que é divulgado, constatamos, lamentavelmente, que o Brasil e em particular a Bahia, governada pelo PT nos últimos quase 12 anos, vive uma situação de guerra. E o mais grave, repetimos, infelizmente continuamos perdendo essa guerra. E como nessa guerra estão morrendo mais jovens, cabe perguntar: que futuro esperar para a nossa terra? Que futuro esperar para a nossa Bahia? Que destino o futuro nos reserva?.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Targino Machado, agora é a sua vez de fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, senhores poucos deputados, Sr.^{as} Poltronas Vazias, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, senhores que nos visitam, notadamente os servidores do Ministério Público, bravos e honrados guerreiros que precisavam estar aqui em maior número. Eu queria vê-los aqui lotando essas Galerias, saindo gente pelo ladrão ali, não é? Para ver se esse governador e a Bancada do Governo se sensibilizam com o problema dos senhores. (Palmas)

Venho a esta tribuna, hoje, para dizer que não compreendo a lógica deste governador Rui Costa. Não é possível que ele não tenha misericórdia de tantos jovens, de tantos negros, de tantas pessoas morrendo na Bahia!

Segundo o Atlas da Violência 2018, publicado hoje pela manhã: “A Bahia lidera número de homicídios no Brasil”. E ainda: “Bahia, estado onde mais se morre por arma de fogo”; “Taxa de homicídio na Bahia cresceu 97,8% em 10 anos no governo do PT”. Desses 10 anos, mais de sete anos com o mesmo secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa, que não sai daí! Acho que ele sabe demais dos governos de Jaques Wagner e Rui Costa, que não puderam demiti-lo. Continuando: “Bahia, estado que mais mata jovens.”; “Taxa cresceu 123,8% em 10 anos”.

Os números não mentem: “A Bahia contabiliza 1.993 mortes violentas no primeiro quadrimestre de janeiro, fevereiro, março e abril, na Bahia, quase duas mil mortes; 498 mortes violentas por mês na Bahia este ano. E não se bota para fora esse secretário, que não conhece nada de segurança pública, que é um mero estagiário tomando conta e dando ordens a oficiais de diversos escalões, a delegados que entendem muito de segurança pública, mas que estão impedidos de atuar por causa da inoperância deste governo e deste secretário!

E não posso deixar de dizer que a coisa que esse secretário entende, e entende bem, é de corrupção! Eu comprei uma televisão Samsung 55 polegadas por R\$ 4.049,00 e estou pagando no cartão em dez vezes. O secretário da Segurança Pública comprou 44 televisões, iguais a que eu comprei por R\$ 4.049, por R\$ 17.428,00. Isto é roubo!

Mas quero dizer aos senhores que me assistem e aos Srs. Deputados que o secretário da Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa, já desembarcou neste governo, já desembarcou na Bahia trazendo na bagagem a acusação feita pela deputada Cidinha Campos, lá no Rio de Janeiro, que o acusou de prevaricação e de formação de quadrilha.

Oh, pense num absurdo! Na Bahia tem precedente. Só falta, na Bahia, governador com vergonha na cara. Toma vergonha na cara, Rui Costa! Vem tomar conta do que lhe cabe! A segurança pública é o dever de V. Ex.^ª! As famílias clamam por segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos. Depois o deputado Zé Raimundo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem, todos que estão na plenária, subo a esta tribuna, mais uma vez, para tratar de algo que está ocorrendo na esteira dos últimos acontecimentos. Observem os senhores que o último ato desse processo que traga o país, de forma dramática, para um fosso extremamente profundo – e é o objeto maior da ação ou da falta de ação do governo federal – é exatamente a Petrobras. Estão acabando, sucateando e arrasando a última fronteira petrolífera do mundo, que a Petrobras era gestora plena.

Observem os senhores que os últimos acontecimentos, durante este governo frágil e ilegítimo, levaram ao mais completo caos, ao colapso absoluto, exatamente num processo de drenagem de recursos que andam, no consumo da classe mais despossuída, na direção do pagamento dos gêneros de primeira necessidade, a partir de uma política de preços danosa da Petrobras. Oitenta por cento do seu custo operacional, administrativo e financeiro é cotado em reais. Apenas 20% desses custos estão na órbita do dólar. Obviamente que a política de preços numa empresa teoricamente de desenvolvimento estratégico, uma empresa estratégica, uma empresa de energia deveria estar direcionada para medidas anticíclicas para romper o cerco da estagnação financeira e do abismo macroeconômico que o Brasil está imerso.

Observem os senhores o que está acontecendo agora: uma política descolada que está empobrecendo, cada vez mais, as pessoas de baixa renda, porque ao comprar gêneros de primeira necessidade, o percentual gasto com alimentação, com moradia, com transporte equivale a mais de 80% do orçamento de cada casa popular neste país.

E o preço do combustível, qualquer que seja ele, do botijão de gás, ele recai sobre a classe mais despossuída de maneira desigual, drenando os recursos do consumo dessas famílias pobres para o pagamento de juros, para o pagamento ao rentistas, para o pagamento aos acionistas, boa parte deles de origem internacional.

Então, ao invés de estar caminhando para políticas anticíclicas, que mitigam esses problemas que o Brasil hoje atravessa, a Petrobras está sendo utilizada para o empobrecimento da nossa população mais despossuída e também está sendo desmontada de maneira acelerada, como nunca se viu, com tamanha ousadia.

Tivemos informação recente de que além do Complexo Petroquímico de Suape, em Pernambuco, vendido a R\$ 1,5 bilhão para uma petroleira mexicana, a Petrobras gastou, nesse mesmo complexo, R\$ 9,5 bilhões. Além disso, venderam as duas mais novas plataformas por 10% do seu valor real, com o tempo de vida útil abaixo de 5 anos.

Então, é essa política antissoberania que estamos vendo nos estertores desse governo que não se sustenta. É preciso que estejamos atentos a esse verdadeiro crime de lesa-pátria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, as contas do governo do estado, do governador Rui Costa, no exercício de 2017, vai a julgamento hoje no Tribunal de Contas do Estado.

O nobre deputado Alex Lima saiu na frente em defesa do governador Rui Costa, antevendo que o parecer emanado da lavra do também ilustre relator Pedro Lino deve, imagina o deputado Alex Lima, recomendar a desaprovação das referidas contas do governo do estado. O deputado multicitado declarou à imprensa que o conselheiro Pedro Lino deveria se considerar, se declarar impedido de julgar, porque, segundo ele, é adversário do governador. Eu não tenho notícia disso!

Mas engraçado, Srs. Deputados, é que naquela casa existem diversos conselheiros aliados desse governador, amigos íntimos do governador. Inclusive, tem um que foi nosso colega, deputado desta Casa – entrou comigo, aqui, eleito em 1994. Ele hoje é conselheiro daquela casa e teve um filho, até alguns dias atrás, secretário de estado do governo Rui Costa, e nunca ninguém arguiu que tivesse o conselheiro João Bonfim de se declarar impedido de votar alguma coisa naquela casa.

Então, Sr. Presidente, eu acho que foi uma declaração açodada do jovem e brilhante deputado Alex Lima, que, no afã de fazer uma defesa cautelar do governador Rui Costa, foi absolutamente deselegante com um conselheiro respeitado daquele Tribunal de Contas do Estado.

Mas eu fico a imaginar onde estão os deputados do Governo, que não vêm aqui, não se adiantam para pressionar o governador, para pressionar o Líder do Governo para colocar em votação o projeto de nº 21.346, velho, antigo, de 2015, que haverá de trazer e fazer justiça aos funcionários do Ministério Público. (Palmas nas Galerias) Eles ocupam a tribuna, eles, deputados do Governo, entram aqui calados e saem mudos, não dizem uma palavra. É só blá-blá-blá, blá-blá-blá, blá-blá-blá e enrolação, na certeza de que os funcionários da Secretaria de Educação vão esquecer as URV's que foram prometidas e não foram pagas; de que a Polícia Militar vai esquecer as URV's que foram prometidas por Rui e não foram pagas; de que os funcionários públicos vão esquecer dos salários que estão sem reajuste pelo governador Rui Costa. (Palmas) Não! Eu acho que o povo brasileiro, tão bem assessorado pela grande imprensa, pelas redes sociais, vai estar de olho e vai votar com responsabilidade, fazendo, retirando do breu das tocas esses políticos corruptos que não se interessam, que não defendem o povo.

Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^a será atendido.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum... (Pausa)

O Sr. Targino Machado:- Ninguém contrapôs, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^a tem razão. Encerrada a presente sessão.

Está convocada uma sessão extraordinária para 2 minutos após o encerramento desta.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.